Boletim do Sepe

Informativo do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - Rede Municipal/RJ - Edição fechada em 14/12//2021

REDE MUNICIPAL RJ

NA LUTA DESDE 1977 Sepe

PENSÃO ESPECIAL CONTINUA VALENDO PARA ATUAIS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

A pensão especial mensal paga ao servidor aposentado e ao pensionista do município do Rio de Janeiro, cujo benefício previdenciário tenha sofrido redução em decorrência da anulação do decreto nº 23.844, de 18 de dezembro de 2003, por iniciativa do Partido Novo, foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (processo 0022875-27.2021.8.19.0000).

No entanto, de acordo com o que o Tribunal decidiu, os efeitos da decisão não irão retroagir aos servidores que já recebem a pensão especial. Contudo, ela não será mais paga para os servidores que se aposentarem futuramente. Porém, o Partido Novo recorreu contra tal modulação dos efeitos da decisão e pediu para que os valores sejam também suprimidos dos proventos dos servidores que o recebem atualmente, mesma interpretação da prefeitura, que já operou a redução dos proventos.

Após interlocução do vereador Lindbergh (PT) com o Tribunal de Justiça RJ, além do esforço da direção do Sepe, a decisão foi mantida nos seguintes termos:

– "Dou provimento aos dois embargos de declaração, para, integrando o acórdão recorrido, esclarecer que deverão ser mantidos todos os benefícios até então concedidos com base nos dispositivos legais objetos da presente ação, sendo vedada a repetição dos valores pagos aos beneficiários, ficando, a partir da publicação do acórdão proibida a concessão de novas pensões com base nos dispositivos legais declarados inconstitucionais".

O Sepe manterá sua política de ingresso no processo em defesa da preservação do pagamento para os educadores que já recebem os valores. Além disso, oficiará à prefeitura para a devolução imediata dos valores descontados no último contracheque.

CAMPANHA SALARIAL DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL RJ: REAJUSTE DE 20,68% JÁ

O Sepe convoca os profissionais de educação para a campanha salarial 2021 da rede municipal do Rio de Janeiro. A categoria vem sofrendo uma brutal perda de direitos e arrocho salarial. Desde 2019 não temos reajuste salarial e as perdas dos servidores municipais já chegam a 20,68% (*veja o gráfico 01*). Além disso, nossas progressões, gratificações e o Plano de Carreira estão congelados. Nosso ticket alimentação está congelado desde 2012, no valor de R$ 12,00.

Não podemos esquecer que os profissionais aposentados vêm sofrendo desconto previdenciário desde o governo Crivella e também sofrem arrocho.E ainda ocorreu o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14%, o que trouxe redução do salário líquido.Não dá pra aguentar tamanho arrocho salarial!

Eixos da nossa campanha salarial:

– Reajuste salarial para toda a categoria (com a isonomia para os aposentados) para cobrir as perdas salariais de 20,68%;

– Reajuste de 100% do ticket alimentação *(veja o gráfico 02*);

– Descongelamento das progressões, gratificações e do Plano de Carreira;

– Mobilização contra a reforma da previdência que Eduardo Paes quer implementar para os servidores municipais aos moldes do que aconteceu na União;

– Implementação plena do 1/3 de planejamento extraclasse.

GRÁFICO 01

Reajuste salarial no período	-3,00%
INPC-IBGE acumulado no período	17,06%
Perda salarial até 30 de setembro de 2021	-17,13%
Reajuste necessário até 01 de outubro de 2021	20,68%
IPCA-IBGE acumulado no período	15,67%
Perda salarial até 30 de setembro de 2021	-16,14%
Reajuste necessário em 01 de outubro de 2021	19,25%

Fonte: IBGE, SNIPC

GRÁFICO 02

INPC-IBGE	1. Alimentação e bebidas
75,22%	106,47%

Fonte: IBGE, SNIPC

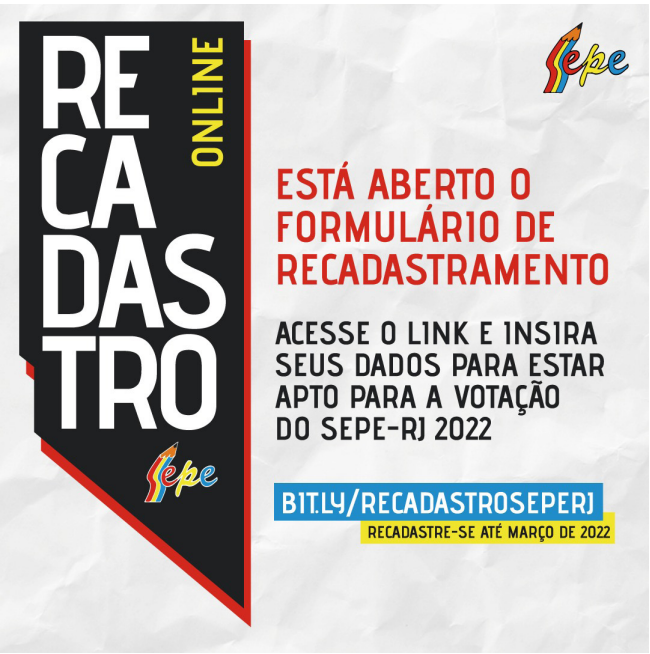
SAIBA MAIS WWW.SEPERJ.ORG.BR

VERGONHA!

VEREADORES APROVAM ORÇAMENTO SEM RECOMPOSIÇÃO SALARIAL PARA SERVIDORES

A Câmara de Vereadores votou, no dia 08/12, o projeto de Lei Orçamentária Anual da prefeitura do Rio de Janeiro para 2022 (LOA/2022) sem destinar recursos para a recomposição salarial dos servidores municipais. Apesar dos esforços da bancada de oposição, que apresentou uma subemenda ao projeto, criando condições para a recomposição salarial da inflação do ano de 2021, os vereadores que compõem a bancada governista vetaram o dispositivo com a proposta de reajuste de 11% que sequer cobriria as perdas integrais dos últimos anos. No final, o orçamento sem proposta de recomposição foi aprovado por 26 votos a 17. Um verdadeiro absurdo, já que o funcionalismo se encontra há três anos sem qualquer tipo de reajuste salarial, em meio a uma crise econômica marcada pelo aumento brutal do custo de vida.

A direção do Sepe e profissionais da rede municipal marcaram presença no balcão do plenário durante a votação para pressionar os parlamentares a aprovarem a emenda da oposição que garantiria uma recomposição dos salários. Os servidores reivindicavam a inclusão no orçamento de um reajuste de 20,68%, a título de recomposição das perdas de 2019 até outubro de 2021.

Para 2022, a LOA prevê uma arrecadação de R$ 39,854 bilhões, cerca de R$ 8,587 bilhões a mais do que o projetado para 2021 (R% 31,267 bilhões). Dentre os maiores gastos para o próximo ano foram fixados R$ 8,877 bilhões para a Saúde (22,28%); R$ 8,395 para Educação (21,07%); R$ 3,460 para Urbanismo (8,68%) e R$ 1,045 para Assistência Social (2,62%). Caso cumpra com a totalidade dos gastos com a Educação, o governo municipal continuará descumprindo a determinação constitucional de utilização de 25% das verbas orçamentárias para investimentos no setor.

Diante de tamanho ataque, representado pela votação do orçamento sem a proposta de reajuste, só resta ao funcionalismo uma mobilização geral para buscar aquilo que é o nosso direito. Temos que pressionar o legislativo e o prefeito Eduardo Paes e cobrar o fim da política de arrocho e de desvalorização dos servidores públicos municipais.